

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 5 às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia e suas controladas passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$300.295 mil e R\$431.194mil para a controladora e consolidado, respectivamente. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia e suas controladas à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia e suas controladas em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) análise das premissas e julgamentos utilizados pela administração para definição da margem de construção e margem de operação e manutenção; iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação de empresas para nos auxiliar na revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 5, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 28 de março de 2019, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou de suas controladas, cessar suas operações ou de suas controladas, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Building a better
working world

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rita de C. S. Freitas', written over a horizontal line.

Rita de C. S. Freitas
CRC-1SP214160/O-5

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.384	10.567	4.262	14.971
Investimento de curto prazo	4	1.154	-	1.154	-
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		5.235	5.376	5.892	5.503
Ativo contratual concessão	5	40.206	41.505	50.277	52.710
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		779	759	798	792
Outros tributos compensáveis		634	622	759	729
Outros ativos		1.880	1.392	2.211	1.662
		53.272	60.221	65.353	76.367
Ativo não circulante					
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		990	980	1.038	1.028
Ativo contratual concessão	5	260.089	220.690	380.917	331.046
Outros ativos		1.338	2.682	4.994	5.768
Investimentos	6	122.612	116.465	-	-
Imobilizado		16.801	63	16.900	101
Intangível		13	116	19	128
		401.843	340.996	403.868	338.071
Total do ativo					
		455.115	401.217	469.221	414.438

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Passivo circulante					
Debêntures e arrendamento mercantil	7	25.989	22.860	26.007	22.860
Fornecedores		990	754	1.446	1.219
Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.545	1.254	2.655	1.345
Outros tributos a pagar		2.972	3.060	3.424	3.124
Dividendos a pagar		16.788	-	16.788	-
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	1.236	2.284	1.569	2.670
Outros passivos		3.449	622	4.006	808
		53.969	30.834	55.895	32.026
Passivo não circulante					
Debêntures e arrendamento mercantil	7	43.600	50.576	43.640	50.576
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	48.775	40.127	52.745	43.834
Provisão para contingências	10	7	-	107	214
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	17.366	17.585	25.436	25.693
		109.748	108.288	121.928	120.317
Patrimônio líquido					
Capital social	12	120.555	116.130	120.555	116.130
Reservas de lucro	12	120.479	122.313	120.479	122.313
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	12	50.364	23.652	50.364	23.652
		291.398	262.095	291.398	262.095
Total do passivo e patrimônio líquido		455.115	401.217	469.221	414.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	13	84.351	69.882	107.262	83.306
Custos dos serviços prestados					
Pessoal		(2.094)	(2.199)	(2.156)	(2.551)
Material e serviços de terceiros		(4.403)	(2.416)	(5.949)	(3.635)
Depreciação e amortização		(1.522)	-	(1.522)	-
Outros		(186)	(2.775)	(181)	(2.945)
Lucro bruto		76.146	62.492	97.454	74.175
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas					
Pessoal e administradores		(1.216)	(1.800)	(1.475)	(2.035)
Material e serviços de terceiros		(338)	(408)	(512)	(505)
Depreciação e amortização		(160)	(138)	(181)	(149)
Outras		(243)	(403)	(294)	(439)
		(1.957)	(2.749)	(2.462)	(3.128)
Resultado de equivalência patrimonial	6	20.146	10.232	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		94.335	69.975	94.992	71.047
Receitas financeiras	14	541	519	809	913
Despesas financeiras	14	(8.000)	(4.362)	(8.100)	(5.268)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		86.876	66.132	87.701	66.692
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(3.486)	(2.377)	(3.989)	(2.878)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8 e 15	(8.645)	(6.195)	(8.967)	(6.254)
Lucro líquido do exercício		74.745	57.560	74.745	57.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	74.745	57.560	74.745	57.560
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
	74.745	57.560	74.745	57.560

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
		Capital Social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2017		111.482	22.296	4.648	21.564	8.525	-	168.515
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018		-	-	-	-	-	73.098	73.098
Constituição da reserva de retenção de lucros, Adoção CPC 47		-	-	-	73.098	-	(73.098)	-
Aumento de capital		4.648	-	(4.648)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	57.560	57.560
Destinação proposta à AGO:								
Reserva legal		-	930	-	-	-	(930)	-
Incentivo fiscal		-	-	4.425	-	-	(4.425)	-
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(8.525)	-	(8.525)
Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	(17.861)	(17.861)
Juros sobre capital próprio declarados		-	-	-	-	-	(10.692)	(10.692)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	23.652	(23.652)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018		116.130	23.226	4.425	94.662	23.652	-	262.095
Aumento de capital		4.425	-	(4.425)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	74.745	74.745
Destinação proposta à AGO:								
Reserva legal		-	885	-	-	-	(885)	-
Incentivo fiscal		-	-	6.707	-	-	(6.707)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(16.789)	(16.789)
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(23.652)	-	(23.652)
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos		-	-	-	(5.001)	-	-	(5.001)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	50.364	(50.364)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12	120.555	24.111	6.707	89.661	50.364	-	291.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	86.876	66.132	87.701	66.692
Itens que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortização	1.682	138	1.703	149
Equivalência patrimonial	(20.146)	(10.232)	-	-
Juros e variação monetária	7.717	4.144	7.759	4.964
Receita de aplicações financeiras	-	-	-	(52)
Provisões para contingências	-	-	-	124
Contribuições e encargos regulatório diferidos	(219)	-	(257)	-
Outros itens	274	-	369	-
	76.184	60.182	97.275	71.877
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	131	(28.123)	(399)	(29.383)
Ativo contratual da concessão	(38.100)	-	(47.438)	-
Impostos a recuperar	(32)	(52)	(36)	(27)
Outros ativos	873	(55)	241	(1.154)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	236	55	227	104
Tributos e contribuições sociais a recolher	(354)	(6.629)	(67)	(7.155)
Outros passivos	1.479	5.199	1.666	5.167
Pagamento de contingências	7	-	(107)	-
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(1.926)	-	(2.368)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	38.498	30.577	48.994	39.429
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em controladas	-	(45.000)	-	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	-	-	-	1.227
Aplicações de investimentos curto prazo	(1.154)	-	(1.154)	-
Recebimento de dividendos	13.999	31.101	-	-
Aplicações no imobilizado	(6)	(14)	(11)	(26)
Aplicações no intangível	(3)	-	(5)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de investimentos	12.836	(13.913)	(1.170)	1.201
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(28.654)	(37.078)	(28.654)	(37.078)
Debêntures captados	-	44.674	-	44.674
Amortização e pagamento de juros do debêntures, empréstimo e arrendamentos	(4.378)	(20.314)	(4.378)	(43.798)
Pagamento de debêntures, empréstimos e arrendamentos	(25.485)	-	(25.501)	-
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades de financiamentos	(58.517)	(12.718)	(58.533)	(36.202)
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(7.183)	3.946	(10.709)	4.428
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	10.567	6.621	14.971	10.543
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3.384	10.567	4.262	14.971
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(7.183)	3.946	(10.709)	4.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala B - Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A ETEP possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão							
Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
ETEP	-	043/2001	30	2031	55.143	IGPM	Sim
ESDE	100%	025/2009	30	2039	14.098	IPCA	Não

(*) A RAP ou Receita Anual Permitida da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565/2019. A RAP da ESDE, acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente é de R\$14.649.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ETEP entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo Poder Concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na Nota Explicativa “Contas a receber da concessão”.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2020.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas-- Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da ETEP e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de sua controlada.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas-- Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia e sua controlada efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia e sua controlada para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia e sua controlada têm direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Determinação dos serviços de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Durante o exercício de 2019, a Companhia e sua controlada vem aprimorando a forma de mensuração dos fluxos de caixa para registro do Ativo Contratual. O efeito do aprimoramento no processo de estimativa de tais fluxos de caixa no resultado da Companhia e sua controlada exercício findo de 2019 foi de R\$34.509 (Controladora e Consolidado).

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas-- Continuação

2.5. Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da ETEP e sua controlada em 31 de dezembro de 2019. O controle é obtido quando a ETEP estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, de forma que as ações contábeis individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) no período da empresa controlada.

2.6. Critérios de consolidação

A tabela a seguir demonstra o investimento societário que a ESDE detém em 31 de dezembro de 2019:

Razão Social	Tipo de investimento	% participação	
		2019	2018
ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	Controlada	100,00%	100,00%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como “valor justo por meio do resultado”. Contas a receber da concessão são classificadas como “ativo contratual pelo custo amortizado”, em conformidade com o CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15).

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.2. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração da ETEP e sua controlada revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019, a ETEP e sua controlada não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.3. Passivos financeiros

A ETEP e sua controlada classificam fornecedores como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.

3.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a ETEP e sua controlada possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Provisões

3.5.1. Provisões para contingências

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A ETEP e sua controlada revisam e ajustam suas estimativas e premissas anualmente.

3.6. Arrendamentos

A ETEP e sua controlada avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a ETEP e sua controlada reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.7. Tributação

3.7.1. Impostos sobre a receita

As receitas da ETEP e sua controlada estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.7. Tributação--Continuação

3.7.2. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da ETEP são calculados pelo regime de lucro real e sua controlada ESDE é optante pelo regime do lucro presumido.

Diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.8. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Reconhecimento da receita--Continuação

3.8.1. Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a ETEP e suas controladas utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período.

3.8.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.8.3. Receitas de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo não circulante.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Reconhecimento da receita--Continuação

3.8.4. Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.9. Resultado por ação

A ETEP e sua controlada efetuam os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2019 as normas abaixo:

- (A) ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro - não há efeito material nas informações contábeis intermediárias.
- (B) CPC 06 (IFRS 16) - Operações de Arrendamento Mercantil: O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. Como resultado, a Companhia e sua controlada, como arrendatárias, reconheceram os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, e que não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo de dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada.

Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de sua controlada em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

A taxa média ponderada aplicada foi de 11% a.a., aproximadamente.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019-- Continuação

Em 1 de janeiro de 2019 (adoção inicial), a Companhia reconheceu R\$18.325 (R\$18.394 consolidado) de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, referente aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$1.569 (R\$1.582 no Consolidado) de depreciação, R\$3.371(R\$3.376 no Consolidado) de juros destes arrendamentos e R\$2.821 (R\$2.837 no Consolidado).

- CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa;
- CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos.
- CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento
- Controlado em Conjunto

3.11. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da ETEP e sua controladas estão descritas a seguir. A ETEP e sua controlada pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- CPC 11 - Contratos de seguro
- Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios
- Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	29	39	61	78
Aplicações financeiras	4.509	10.528	5.355	14.893
	4.538	10.567	5.416	14.971
Caixa e equivalentes	3.384	10.567	4.262	14.971
Investimento de curto prazo	1.154	-	1.154	-

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Caixa e equivalentes de caixa e Investimento de curto prazo--Continuação

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, 98,28% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (98,15% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

5. Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ETEP e da controlada ESDE é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ETEP e de sua controlada é, ou será recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo contratual da concessão

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2019</u>	<u>2019</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	139.765	246.731
Adoção CPC 47	102.804	115.822
Receita de operação e manutenção	9.025	11.704
Remuneração do ativo contratual da concessão	66.506	79.574
(-) Parcela variável	(134)	(1.377)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(55.771)	(68.698)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	262.195	383.756
Receita de operação e manutenção	29.404	34.254
Remuneração do ativo contratual da concessão	31.407	52.714
Receita de implantação de infraestrutura	30.273	28.950
(-) Parcela variável	(211)	(362)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(52.773)	(68.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	300.295	431.194
Ativo contratual da concessão - circulante	40.206	50.277
Ativo contratual da concessão - não circulante	260.089	380.917
Total circulante e não circulante	300.295	431.194

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Ativo contratual da concessão--Continuação

Movimentação do ativo contratual da concessão--Continuação

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ETEP e sua controlada consideram que o valor da indenização a que terão direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

6. Investimentos

a) Participação no resultado e patrimônio líquido

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Dados Controlada ESDE:		
Total do ativo	136.718	129.685
Total do passivo	14.106	13.220
Patrimônio líquido	122.612	116.465
Receita líquida	22.911	13.424
Lucro líquido	20.146	10.232
Quantidade de ações	72.835.845	72.835.845
Participação da ETEP:		
Quantidade de ações no capital social	72.835.844	72.835.844
	100,00%	100,00%
no resultado	20.146	10.232
no patrimônio líquido	122.612	116.465

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Investimentos--Continuação

b) Movimentação dos investimentos durante os períodos apresentados

	<u>ESDE</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>85.114</u>
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018	4.639
Adição (Aumento de capital)	45.000
Resultado de equivalência patrimonial	10.232
Dividendos declarados	(28.520)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>116.465</u>
Resultado de equivalência patrimonial	20.146
Dividendos declarados	(13.999)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>122.612</u>

A ETEP reconhece, nas demonstrações contábeis individuais, o investimento em controladas por meio do método de equivalência patrimonial.

7. Debêntures

O saldo de principal da dívida de curto e longo prazo das emissões é apresentado líquido de custos a amortizar, para a 2ª emissão de debêntures o montante é de R\$2, apenas, enquanto que na 3ª emissão de debêntures o montante é de R\$70 e R\$73, respectivamente.

	Controladora				Consolidado					
	2019		2018		2019		2018			
	Circulante	Não circulante			Circulante	Não circulante				
	Encargos	Principal	Principal	Total	Total	Encargos	Principal	Principal	Total	Total
Debêntures 2ª emissão	89	12.174	-	12.263	28.676	89	12.174	-	12.263	28.676
Debêntures 3ª emissão	22	10.951	27.478	38.451	44.760	22	10.951	27.478	38.451	44.760
Arrendamento mercantil	-	2.753	16.122	18.875	-	-	2.771	16.162	18.933	-
	111	25.878	43.600	69.589	73.436	111	25.896	43.640	69.647	73.436

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Debêntures--Continuação

A tabela a seguir apresenta as condições contratadas das debêntures e dos arrendamentos mercantil da ETEP e sua controlada:

Financiadores/credores	Empresas operacionais	Consolidado					
		Condições contratadas				Periodicidade da amortização	
		Data da contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa a.a.	Principal	Encargos
Debêntures 2ª emissão	ETEP (*)	Jul/14	Ago/20	69.000	109,75% do CDI	Trimestral	Trimestral
Debêntures 3ª emissão	ETEP (**)	Jun/18	Jun/23	45.000	112% do CDI	Mensal	Mensal

(*) As cláusulas restritivas das debêntures simples da ETEP estão relacionadas ao limite da dívida líquida, que em 31 de dezembro de 2019, atualizado pelo IGPM, era de R\$165.721 para a 2ª emissão de debêntures. O custo de captação é amortizado pelo prazo das debêntures

(**) As cláusulas restritivas das debêntures simples da ETEP estão relacionadas ao limite da dívida líquida, que em 31 de dezembro de 2019, atualizado pelo IGPM, era de R\$192.544 para a 3ª emissão de debêntures. O custo de captação é amortizado pelo prazo das debêntures

A Administração da ETEP e sua controlada mantêm o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2019, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

Os vencimentos anuais das debêntures do não circulante são como segue:

	Controladora	Consolidado
2021	1.687	1.701
2022	12.659	12.672
2023	12.635	12.647
2024	7.142	7.143
2025	1.635	1.635
Após 2025	7.842	7.842
	43.600	43.640

A movimentação do saldo é conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	45.092	67.773
Ingresso de dívidas	44.674	44.674
Juros e variação monetária	3.984	4.787
Amortização do principal e dos juros	(20.314)	(43.798)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	73.436	73.436
Ingresso de dívidas	18.325	18.394
Juros e variação monetária	7.691	7.696
Amortização do principal e dos juros	(29.863)	(29.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	69.589	69.647

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47, a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício:

	Controladora			Consolidado			
	2018	Reconhecido no resultado	2019	2018	Reconhecido no resultado	Reclassificação	2019
Ativo fiscal diferido							
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(4.375)	350	(4.025)	(4.375)	350	-	(4.025)
Subtotal	(4.375)	350	(4.025)	(4.375)	350	-	(4.025)
Passivo fiscal diferido							
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	43.679	8.482	52.161	47.434	8.807	-	56.241
Outros itens	823	(187)	639	775	(190)	(59)	529
Subtotal	44.502	8.295	52.800	48.209	8.617	(59)	56.770
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	40.127	8.645	48.775	43.834	8.967	(59)	52.745

9. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
PIS e COFINS diferidos	9.532	9.652	13.961	14.102
Quota de reserva global de reversão - RGR diferido	7.861	6.919	11.304	10.140
Pesquisa e desenvolvimento - P&D diferido	-	2.108	-	2.378
Taxa de fiscalização - ANEEL diferido	1.209	1.190	1.740	1.743
	18.602	19.869	27.005	28.363
Encargos regulatórios - circulante	1.236	2.284	1.569	2.670
Encargos regulatórios - não circulante	17.366	17.585	25.436	25.693
Total circulante e não circulante	18.602	19.869	27.005	28.363

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Provisões para contingências

Individualmente a companhia possui 3 causas de natureza trabalhista com perda classificada como “provável” no montante de R\$7. No consolidado possui 6 causas de natureza trabalhista, no montante de R\$107 (R\$214 em 31 de dezembro de 2018, referente a cinco causas trabalhistas).

Adicionalmente, com base no parecer dos advogados externos e internos, as contingências com perda classificada como “possível em 31 de dezembro de 2019 a companhia, individualmente e em seu consolidado, não possui demandas judiciais ou administrativas com probabilidade de perda classificada como possível (R\$61 em 31 de dezembro de 2018 referente a um processo trabalhista de seu controlada).

11. Partes relacionadas

A remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$703 em 31 de dezembro de 2019 (R\$177 em 30 de dezembro de 2018) compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 31 de dezembro de 2019, a ETEP não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2019 é de R\$120.555 (R\$116.130 em 31 de dezembro de 2018), representado por 27.000.000 ações ordinárias e por 18.000.010 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2019 e 2018, sem valor nominal.

	Quantidade de ações			
	Integralizadas		% do capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Alupar Investimento S.A.	13.505.150	9.001.851	50,02%	50,02%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	13.494.850	8.998.159	49,98%	49,98%
	27.000.000	18.000.010	100,00%	100,00%

12.2. Reservas de lucro

12.2.1. Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social, o qual já foi atingido.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Patrimônio líquido--Continuação

12.2. Reservas de lucro--Continuação

12.2.2. Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

12.2.3. Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da ETEP, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	Controladora	
	2019	2018
Lucro líquido do exercício	74.745	57.560
Incentivo fiscal	(6.707)	(4.425)
Constituição da reserva legal	(885)	(930)
Base de cálculo de dividendos	67.153	52.205
Dividendos intermediários (*)	-	(17.861)
Dividendos mínimos obrigatórios	(16.789)	-
Juros sobre capital próprio	-	(10.692)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	(50.364)	(23.652)
Saldo de lucros acumulados	-	-

(*) Inclui dividendo mínimo obrigatório de R\$13.051 em 2018

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita operacional bruta	91.084	75.531	115.918	91.278
(-) Parcela variável	(211)	(134)	(362)	(1.377)
Deduções da receita operacional	(6.522)	(5.515)	(8.294)	(6.595)
PIS	(590)	(492)	(750)	(586)
COFINS	(2.722)	(2.271)	(3.462)	(2.706)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(2.359)	(1.964)	(3.001)	(2.341)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(488)	(486)	(619)	(602)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(363)	(302)	(462)	(360)
Receita operacional líquida	84.351	69.882	107.262	83.306

14. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras	541	519	809	913
Receita de aplicações financeiras	417	439	658	822
Juros ativos	24	54	28	65
Outras receitas financeiras	100	26	123	26
Despesas financeiras	(8.000)	(4.362)	(8.100)	(5.268)
Encargos sobre debêntures, empréstimos e arrendamentos	(7.691)	(3.984)	(7.696)	(4.787)
Variação monetária	(202)	(161)	(239)	(178)
Outras despesas financeiras	(107)	(217)	(165)	(303)
Resultado financeiro líquido	(7.459)	(3.843)	(7.291)	(4.355)

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	86.876	66.132
Juros sobre capital próprio	-	(10.692)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após JCP	86.876	55.440
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	29.539	18.850
(+) Adição de ajuste a valor presente - IN 1515		
(-) Exclusão de "AVP" - Art. 84 da IN 1515, de novembro 2014	(2.749)	(8.991)
Equivalência patrimonial	(6.850)	(3.479)
Despesas e provisões indedutíveis	(398)	625
Adoção CPC 47 - IN 1753/2017	(9.262)	824
Outras	25	(24)
	10.305	7.805
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	8.295	5.845
Incentivo Fiscal	(6.707)	(4.426)
Lei rouanet/Esporte/FIA	(90)	(243)
(-) Exclusão do Art. 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014	350	(350)
Ajuste de exercícios Anteriores	(22)	(59)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	12.131	8.572
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.486)	(2.377)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.645)	(6.195)
Taxa Efetiva	13,96%	12,96%

16. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019, a ETEP não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado. Contas a receber da concessão é classificado como ativo contratual pelo custo amortizado.

Debêntures, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

b) Hierarquia do valor justo

A ETEP e sua controlada utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A ETEP e sua controlada classificam os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários como nível I.

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da ETEP e da sua controlada podem ser assim identificados:

- Risco de crédito - a ETEP e sua controlada mantêm contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 895 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a ETEP e sua controlada mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) e também com cláusula de garantia bancária;
- Risco de preço - a receita da ETEP é, nos termos do contrato de concessão, reajustada anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M e a receita da sua controlada ESDE é nos termos do contrato de concessão, reajustada anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos--Continuação

- Risco de taxas de juros - a atualização dos contratos de debêntures da ETEP está vinculada à variação do CDI e os contratos de financiamento da ESDE estão vinculados à TJLP;
- Risco de liquidez - a principal fonte de caixa da ETEP e da sua controlada é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão (DIT) é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da ETEP e sua controlada não consideram relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

17. Benefícios a empregados

A ETEP e sua controlada oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

18. Compromissos assumidos

A ETEP e sua controlada mantêm contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$100.